

Sociologia econômica e relações de gênero

Isabelle Guérin

Resumo

Ao optar por uma avaliação estritamente mercantil da riqueza e ao se recusar a se imiscuir nas relações familiares, sob o pretexto de respeitar a vida privada, as ciências econômicas contribuíram bastante para exacerbar as desigualdades de gênero. Não só a colaboração das mulheres para o bem-estar coletivo foi desvalorizada, para não dizer negada, como também sua liberdade individual foi sacrificada em nome de argumentos supostamente científicos e de um objetivo de eficácia coletiva - a felicidade para a maioria. Embora a história da disciplina sem dúvida revele, se não uma hostilidade, pelo menos uma indiferença em relação à condição feminina, algumas de suas transformações recentes permitem visualizar um cenário mais otimista. Uma primeira etapa consiste em renovar nossas interpretações ideológicas dos fenômenos, inspirando-nos na sociologia econômica. Nesse sentido, três procedimentos têm prioridade: construir indicadores apropriados de avaliação das desigualdades e da pobreza; reconhecer a pluralidade das formas de agir e das formas de intercâmbio; admitir que democracia participativa, debate público e eficácia econômica são indissociáveis, pois se nutrem mutuamente.

Uma segunda etapa consiste em analisar as práticas econômicas inovadoras e precursoras de transformações sociais. A economia solidária faz parte disso. Ao revalorizar as atividades de reciprocidade e de cuidar dos outros, não mais consideradas "virtudes" femininas, mas uma responsabilidade coletiva que contribui para o desenvolvimento pessoal de cada um; ao facilitar a expressão de problemas particulares e a reivindicação de soluções para eles; e, enfim, ao desempenhar um papel de mediação entre diferentes esferas com muita frequência consideradas compartimentadas, as práticas da economia solidária demonstram que a questão da pobreza feminina e, de maneira mais ampla, a das desigualdades entre homens e mulheres não são uma fatalidade, desde que se admita que dependem de uma responsabilidade compartilhada.

Introdução

No Norte e no Sul, a pobreza se feminiza, e as desigualdades entre homens e mulheres persistem. No Norte, elas são mais duramente atingidas pelo desemprego; o número de mulheres que ocupa empregos precários e mal

remunerados é maior; são mais expostas à pobreza monetária e ao risco de endividamento excessivo, estando essas duas últimas questões relacionadas principalmente às mães de família monoparental. No Sul, as mulheres são as primeiras a pagarem os custos sociais dos planos de ajuste estrutural, das restrições orçamentárias públicas e de uma eterna crise. É cada vez maior o número de mulheres que assume o status de "chefe de família" e, no entanto, elas têm sempre a mesma dificuldade de ocupar empregos assalariados; a única saída possível, o trabalho por conta própria, também é complicada, uma vez que seu acesso à propriedade, às terras e ao crédito ainda é limitado.

Essa feminização da pobreza obriga que se reconsidere a questão com base em duas exigências fundamentais: a necessidade de encontrar novas formas de solidariedade; e também a necessidade de elaborar ferramentas conceituais que permitam pensar a dimensão sexuada das desigualdades e da pobreza. Antes de mais nada, como considerar essa especificidade sexuada? É preciso indicadores especificamente apropriados à pobreza feminina? Em seguida, como lutar contra essa forma de pobreza? Em virtude das particularidades femininas, principalmente das relacionadas às obrigações familiares, é preciso incentivar modos de intervenção estritamente femininos? Enfim, apesar da diversidade dos contextos, é possível dar respostas comuns? Se admitirmos que a feminilidade - assim como a masculinidade - não é dada naturalmente, mas que, ao contrário, é uma construção social e cultural, a própria idéia de "pobreza feminina" ainda tem sentido? Enquanto, na França, a igualdade formal foi praticamente conquistada, em outros lugares o simples fato de considerar a idéia de igualdade continua letra morta. A diversidade das respostas dadas à questão da igualdade entre os sexos é tal, que um questionamento global talvez pareça absurdo.

No entanto, não temos a menor dúvida de que uma reflexão comum não só é possível, mas também desejável.[1] Apesar da disparidade tanto dos contextos econômicos, sociais e culturais, quanto dos contextos políticos, afinal de contas, algumas inquietações são semelhantes e merecem ser pensadas de maneira conjunta. A solidariedade institucionalizada dos Estados do bem-estar social, assim como a solidariedade de proximidade* dos modos comunitários de organização têm tendência a se esgotarem. No Norte, as disfunções atuais do mercado de trabalho e do dispositivo de seguridade social, a obsolescência dos princípios de solidariedade e dos direitos sociais em vigor revelam os limites de um sistema universal de proteção. No Sul, a desagregação da solidariedade de proximidade e a emergência de comportamentos mais individualistas anunciam o fim dos sistemas de proteção comunitários. Ao mesmo tempo, a interdependência das economias nacionais, no que se convencionou chamar "globalização", modifica a natureza e a territorialidade da questão social. Surgem novos atores, combinando uma dinâmica globalizada de organismos multilaterais com uma dinâmica local de associações, de organizações não-governamentais e ainda de coletividades locais. Depois de ter sido considerada, durante muito tempo, de uma maneira compartimentada no Norte e no Sul, a questão social provoca, a partir de então, perguntas comuns.

A hipótese defendida, aqui, é a de que a economia solidária é uma resposta

possível, tanto de um ponto de vista conceitual quanto operacional. Até o presente, a economia solidária foi considerada, sobretudo, um meio de reformular a articulação entre o "mercado", as autoridades públicas[2] e a sociedade civil, com a idéia de "reencaixar" o econômico no social e no político (Laville, 1994). Se quisermos, realmente, avançar rumo a uma sociedade mais justa e mais democrática, o lugar da família e o das obrigações familiares, assim como sua articulação com o tripé a que acabamos de nos referir, merecem também ser repensados. Não só as mulheres são freqüentemente as principais protagonistas das práticas de economia solidária, mas também essas experiências, desde que reconhecidas por seu justo valor, oferecem uma oportunidade inédita para se avançar na luta contra as desigualdades entre homens e mulheres.

A economia solidária: precisões de um conceito

A economia solidária foi definida, aos poucos, de maneira empírica, a partir da prática dos atores. No sentido mais amplo, reúne o conjunto de iniciativas econômicas privadas (ou seja, com autonomia em relação ao Estado) que aposta mais no interesse coletivo e na solidariedade do que na busca do lucro.

Não querer fazer da economia um instrumento de lucro, mas uma ferramenta a serviço da liberdade e da dignidade humana não é muito original. A economia solidária, que surgiu há uns trinta anos, apenas restabeleceu o movimento da economia social, iniciado, durante o século XIX, na América do Norte e na Europa e depois exportado para os países do Sul, logo após se tornarem independentes. Todavia, ela se distingue daquele movimento em vários aspectos, particularmente pelo tipo de atores que dele participaram em sua origem. A primeira geração foi engendrada, inicialmente, por pequenos produtores agrícolas e pelos grupos operários, impulsionados pela necessidade de se organizarem diante da precarização de suas condições de vida e da escalada da mercantilização. Desde o período pós-guerra até os anos 70, o movimento operário (sobretudo o sindical), o dos consumidores - organizado nas grandes empresas de economia social (cooperativas de crédito e de distribuição em geral) - assim como o dos "pobres" (por meio de associações de ajuda e de assistência) passaram a constituir o cerne da mobilização social.

As mulheres jamais estiveram ausentes nessas formas de organização. Na França, por exemplo, com muita freqüência, há uma tendência a negligenciar ou, até mesmo, a esquecer o papel decisivo dos grupos de mulheres no movimento associativo francês do século XIX e da primeira metade do século XX. Sejam de inspiração laica ou cristã. Essas práticas associativas, conduzidas por mulheres, visavam muitas vezes a "educar" o povo, mas sobretudo a responder de maneira muito pragmática às principais necessidades dos mais pobres: tuberculose, moradias operárias insalubres, analfabetismo, falta de educação (higiênica, cultural e social etc.) e, além disso, algumas

delas tinham um verdadeiro projeto coletivo de sociedade. Na prática, experiências e demandas femininas "inventam" as profissões do trabalho social (educador e assistente social), estão na origem das primeiras escolas profissionais e dos centros sociais, inspiram inúmeras reformas sociais francesas (principalmente na área dos auxílios familiares, das licenças-maternidade, das férias remuneradas, do trabalho infantil), algumas das quais adotadas sob pressão das reivindicações das associações (Archambault, 1996 ; Fayet-Scribe, 1990).

Há algumas décadas, sem dúvida, assistimos à eclosão de uma nova onda de economia social. Ela emerge, sobretudo, a partir da década de 1970, sob o estímulo de novas demandas sociais e de novos movimentos sociais (Defourny et alii, 1999; Favreau, 1997). No meio de uma mobilização social, desde então, mais difusa - a profissão e a nação como espaço de referência têm tendência a se desagregar - alguns grupos, às vezes ligados por redes, desempenham um papel particularmente ativo: organizações populares e comunitárias, grupos ecológicos, grupos de jovens, mas também grupos de mulheres.

Essas iniciativas buscaram, inicialmente, responder às novas necessidades (particularmente, os serviços de proximidade) e resolver problemas que nem o mercado nem a ação pública conseguiam - ou não conseguiam mais - solucionar de maneira satisfatória: desemprego, exclusão, e crise dos Estados do bem-estar nos países do Norte, insegurança alimentar, não satisfação das necessidades elementares em matéria de saúde, educação, habitação e serviços financeiros nos países do Sul (Defourny et alii, 1999). Mas têm também um papel relativo à sociedade como um todo, que é preciso considerar de maneira absoluta, de modo a compreender em que estão apostando e melhor pensar o seu futuro. Historicamente, as associações de assistência e previdência mútuas foram uma prefiguração dos sistemas de previdência coletiva e de seguridade social que marcaram o advento dos Estados do bem-estar. As cooperativas de consumo, ao mesmo tempo que o sindicalismo nascente, foram um instrumento importante da emancipação operária. No meio rural, as cooperativas de produção, de compra, de comercialização ou ainda de crédito favoreceram muito o desenvolvimento das classes camponesas. As experiências associativas femininas (abrigo sociais, centros sociais) estão na origem da profissionalização e do reconhecimento de alguns trabalhos femininos.

Hoje, tanto no Norte quanto no Sul, que papel é possível esperar das práticas de economia solidária em relação à sociedade como um todo? Alguns as vêem apenas como um setor de segunda, sem dúvida, de convivência e capaz de resolver problemas locais, mas boas apenas para fazer curativos nos ferimentos da economia liberal. Outros vêem nas iniciativas da economia solidária uma oportunidade, acima das expectativas, de atenuar as faltas de um serviço público decadente ou inexistente. Na verdade, mais flexíveis, mais criativas, mais próximas da população, as iniciativas associativas e cooperativas parecem capazes, em algumas áreas, de oferecer melhores serviços do que o Estado e, com um custo menor que o de outras, podem ter êxito na concorrência com o mercado, garantindo ao mesmo tempo a integração social das pessoas.[3] Ainda que o exercício seja tentador, essas duas

maneiras de ver não são aceitáveis. A primeira, miserável, subestima suas potencialidades de desenvolvimento e seu papel político. A segunda empresta-lhe virtudes excessivas. Mesmo que as iniciativas da economia solidária conciliem justiça e eficácia, o objetivo não é substituir o mercado e, muito menos, o Estado, mas agir em estreita complementariedade.

A análise empírica dessas experiências e dos mecanismos a elas subjacentes demonstra que a economia solidária não se limita a práticas microlocais e efêmeras, mas que ela é realmente um meio de enfrentar o esgotamento dos modos de regulação anteriores. O caráter híbrido dos recursos (mercantis, não-mercantis e não-monetários) e a elaboração conjunta da oferta e da demanda, a partir de espaços públicos de proximidade, permitem uma rearticulação do econômico com o social e o político (Eme e Laville, 1994). De alguma maneira, esses dois mecanismos contribuem para "democratizar" a economia, e essa democratização toma vários caminhos: a transformação das necessidades coletivas em demandas sociais ou dos problemas em projetos coletivos, reformulando por isso mesmo a noção de interesse geral (Bouchard et alii, 2000); o estabelecimento de formas inéditas de parcerias entre o público e o privado, estimulando assim o nascimento de uma seguridade social pluralista (Evers, 2000); o aprendizado da cidadania no âmbito da sociedade civil (Demoustier, 2001), assim como no da empresa (Lévesque, 1997); a emergência da pluriatividade e a recomposição dos tempos sociais (Eme e Laville, 1994; Laville, 1999; Roustang et alii, 1996); e, enfim, a criação de redes de solidariedade internacional e de novas formas de cooperação Norte/Sul (Favreau, 1999).

Propomos, aqui, centrarmos no que se pode ganhar ou perder com a economia solidária diante das desigualdades entre homens e mulheres, questão crucial e curiosamente pouco estudada até o presente. É urgente analisar o lugar e o papel das mulheres nesse movimento em plena emergência, as oportunidades e as perspectivas assim oferecidas, mas também os perigos e os possíveis obstáculos.

A economia solidária diante das desigualdades entre homens e mulheres

Começamos por uma primeira constatação. No Norte assim como no Sul, muitas dessas experiências são conduzidas por mulheres e a elas destinadas. Diante da difícil conciliação entre a vida familiar e a vida profissional, diante das responsabilidades materiais cada vez maiores (na verdade, diante da elevação das "despesas" com as crianças, do aumento do número de solteiros(as) e da persistência do desemprego masculino), diante das dificuldades de acesso à propriedade e ao crédito, as mulheres são frequentemente as primeiras a se mobilizarem e a se auto-organizarem. Isso acontece principalmente nas áreas de alimentação e de nutrição (grupos de compras, mercearias populares, restaurantes, serviços de entregas domiciliares de refeições, cozinhas coletivas, coleta de cereais provenientes de excedentes de produção e sua distribuição); de costura e

conservação de roupas (lavanderias, consertos, passadeiras, lojas de roupas); de saúde e de serviços relacionados a cuidar dos outros (baby-sitters, acompanhantes de pessoas idosas); de relações com as administrações e o meio institucional do comércio (serviços de mediação); de produção e de artesanato; de poupança; de créditos e de seguros; de educação e formação (alfabetização, transferências de conhecimentos e de experiência); e, enfim, de cultura e de comunicação (espaços de expressão política e cultural).

Essas diferentes experiências apresentam-se, em primeiro lugar, como um meio de aliviar o cotidiano das mulheres que as conduzem, impulsionadas, antes de mais nada, pela vontade e pela necessidade. A redução do peso de suas obrigações por compartilhá-las com as de outras pessoas e a melhora do cotidiano são um primeiro resultado independentemente de qualquer coisa. No entanto, o que está realmente em jogo parece ir além disso. Todos os estudos convergem para esse ponto: facilitar o acesso das mulheres a atividade geradoras de rendas não é suficiente para garantir uma igualdade real. Esta tropeça em três obstáculos principais: o caráter multidimensional da pobreza, a inadequação das instituições e, enfim, a distribuição desigual das obrigações familiares. Ora, as iniciativas da economia solidária, que criam espaços intermediários entre o privado-doméstico e a vida pública, entre o monetário e o não-monetário, preenchem, de fato, três funções intersticiais maiores, suscetíveis de contribuir para a supressão desses bloqueios. Em primeiro lugar, desempenham um papel de justiça de proximidade, e esse papel é essencial diante do caráter multidimensional da pobreza. Em segundo lugar, criam espaços de discussão, de reflexão e de deliberação coletivas; nesse caso, apresentam-se como formas de acesso à fala em público para pessoas que, em geral, não o têm e, por meio da expressão e da reivindicação coletivas, podem participar da transformação das instituições, seja da legislação ou das normas sociais. Em terceiro lugar, contribuem para redefinir a articulação entre família, autoridades públicas, mercado e sociedade civil, além de participarem da revalorização das práticas de reciprocidade; ora, essa redefinição e essa revalorização devem permitir a luta contra as desigualdades dentro da família, permitindo às mulheres, mas também aos homens, conciliarem melhor a vida familiar e a vida profissional.

O caráter multidimensional da pobreza e a necessidade de uma justiça de proximidade

O primeiro obstáculo com o qual a marcha por uma igualdade real tropeça reside na complexidade das trajetórias da pobreza e em seu caráter multidimensional. Reabilitando a idéia de liberdade substantiva, de grande valor para Marx, trabalhos recentes, particularmente os de Amartya Sen (1993, 1999, 2000), defendem um critério de avaliação das desigualdades e da pobreza capaz de avaliar a liberdade real das pessoas; em outras palavras, o que elas realmente têm condições de fazer e de ser. Na verdade, a liberdade

real não poderia ser reduzida a uma questão de direitos formais, de recursos monetários ou ainda de preferências pessoais. Os recursos monetários não garantem o acesso à dignidade e ao auto-respeito. Os direitos formais não bastam, se não se tem os meios nem sequer a idéia de se beneficiar deles. Enfim, as preferências não têm muito sentido, uma vez que resultam de uma construção social e cultural. A pobreza deve, então, ser compreendida em termos de insuficiência de direitos e de incapacidade de fazê-los valer ou de tomar consciência deles. Algumas categorias de pessoas, particularmente as mulheres (mas também os deficientes, as minorias étnicas) têm mais dificuldade em "converter" seus direitos formais em possibilidades reais, tanto por razões biológicas quanto devido ao efeito de fatores socioculturais, como a presença de normas sociais que lhes são desfavoráveis. Na categoria "mulher", as trajetórias são também muito heterogêneas. Independentemente das diferenças de desenvolvimento entre países e entre meios sociais, em um contexto socioeconômico dado e com o mesmo nível de renda, é possível observar uma grande disparidade de situações, no caso ligada à história pessoal das mulheres. A questão do acesso à liberdade real levanta finalmente duas questões: a da avaliação dos déficits de liberdade e a do caráter incompleto dos direitos formais.

É por isso que uma justiça de proximidade, que objetive atenuar as lacunas de uma justiça centralizada e padronizada além de completá-la, revela-se necessária para garantir o acesso à liberdade real. Essa complementariedade é exercida de duas maneiras. Consiste, em primeiro lugar, em corrigir as desigualdades resultantes de uma prática deficiente dos direitos, ajudando as mulheres a melhor converterem seus direitos formais em direitos reais. Em segundo lugar, consiste em completar esses direitos, cuja neutralidade mostra-se insuficiente para atenuar as desigualdades resultantes de sua trajetória pessoal, do fato de pertencer ao sexo feminino, do fato de pertencer a um grupo social ou a um bairro pobre.

Em alguns casos, um direito neutro e assexuado pode simplesmente estimular os processos de diferenciação, baseada na desigualdade, em situações em que os comportamentos e estereótipos mantêm as lógicas de dominação. É preciso, portanto, defender políticas de discriminação positiva? Ao aceitar e defender as diferenças, não se corre o risco de incentivar a formação de entidades separadas, suscetíveis de reforçar a segregação do grupo do qual se busca promover a emancipação? Da mesma maneira, não se corre o risco de acentuar ainda mais as diferenciações econômicas e sociais? Nesse caso, não é o melhor meio de sustentar uma "inferioridade" feminina e de reforçar as obrigações das mulheres? Nossa resposta é que toda justiça de proximidade somente é legítima se for articulada a uma justiça global, única garantia do interesse geral e do acesso da sociedade civil. E mais, se participar da definição desse interesse geral, ou seja, se for acompanhada de uma reflexão e de intervenções mais gerais na natureza e nas causas das desigualdades.

A inadequação das instituições e a necessidade do diálogo social

O segundo obstáculo em que a marcha pela real igualdade tropeça diz respeito à inadequação das instituições, seja em relação ao direito ou às normas sociais. Em alguns países, as mulheres exigem, antes de mais nada, seu reconhecimento jurídico como seres humanos que têm direitos. Nos países onde as legislações existem, elas reivindicam o respeito aos direitos e os meios que garantam seu cumprimento efetivo.

Independentemente do caminho a ser percorrido, seja o de fazer com que a legislação evolua ou o de contribuir para que ela vigore, contar apenas com a ação pública não é suficiente. Duas condições se impõem: uma maior participação das mulheres na gestão das questões públicas e uma intervenção pública em harmonia com todos os atores da sociedade civil. Tudo o que deriva da divisão sexuada dos papéis não pode ser imposto e depende da opção da sociedade. Qualquer que seja o contexto, mesmo que as autoridades públicas estejam em condições de intervir, seja por meio da regulamentação ou de políticas públicas, somente um diálogo social pode transformar os sistemas de representações e o imaginário coletivo. É a única maneira de lutar contra a inércia das normas relativas à divisão sexuada dos papéis, que se sabe o quanto resistem à mudança.

Como suscitar esse diálogo social? Contar com uma mobilização maciça, utilizando-se formas tradicionais de engajamento sindical, político ou puramente ideológico, é ilusório. As pessoas, e principalmente as mulheres, têm necessidade de engajamento mais curtos, voltados para a resolução de problemas concretos. É por esse motivo que espaços públicos de proximidade, em que cada um - e cada uma - é levado a discutir e a debater problemas que dizem respeito à sua vida cotidiana, podem ser o veículo desse diálogo social.

A distribuição desigual das obrigações familiares e a necessidade de revalorizar as práticas de reciprocidade

O terceiro obstáculo diz respeito às desigualdades intrafamiliares e, mais especificamente, à distribuição desigual das obrigações familiares, sejam relativas aos cuidados com as pessoas dependentes (crianças e idosos) ou aos trabalhos domésticos. Durante muito tempo, as obrigações familiares foram consideradas - e continuam a ser em uma grande número de países - de responsabilidade exclusivamente da família e, de fato, exclusivamente feminina. Em nome dessa responsabilidade, transformada em verdadeiro dever, é que a liberdade individual das mulheres foi sacrificada - e continua a sê-lo - em nome da eficácia coletiva, sendo sua contribuição para o capital humano considerada prioritária em relação a qualquer perspectiva de projeto pessoal.

Apesar de alguns avanços notáveis nessa área e independentemente dos modelos

sociais, inclusive os dos países escandinavos, a distribuição de tarefas continua inalterada: as mulheres continuam a assumir quase todas as responsabilidades em relação às pessoas dependentes, mesmo quando o Estado dá cobertura financeira para uma parte das necessidades. Se reconhecermos que a liberdade feminina tem tanto valor quanto a liberdade masculina, é preciso, ao mesmo tempo, admitir que uma parte das obrigações familiares, em particular a responsabilidade pelas pessoas dependentes, é um bem público, uma vez que beneficia o conjunto dos contribuintes (Folbre, 1997). Ao se recusar a admiti-lo, corre-se o risco de se limitar a uma liberdade proclamada, sem dúvida, mas abstrata. Garantir a sobrevivência desse bem público supõe uma distribuição das responsabilidades entre a família, as autoridades públicas, mas também entre o mercado e a sociedade civil, por um lado, e uma distribuição das responsabilidades intrafamiliares, por outro, sendo o envolvimento dos homens ainda quase inexistente. A revalorização das práticas de reciprocidade é um meio de avançar nessa via.

Revalorizar as práticas de reciprocidade significa ir além da especificidade sexuada dessas práticas; isso significa também corrigir nossa maneira de compreendê-las e nos libertarmos de um certo número de categorias mentais, forjadas pelo pensamento conhecido como moderno, ou seja, o que experimentaram as sociedades ocidentais entre o século XVII e XIX, mesclando racionalismo científico e progresso técnico, reconhecimento das liberdades pessoais, emergência do indivíduo e construção dos Estados de direito. Esse pensamento moderno foi construído sobre uma série de oposições, que se cruzam e se reforçam mutuamente: mercantil/não-mercantil, público/privado, produção/reprodução, egoísmo/altruísmo, masculino/feminino. Ele descreve um mundo composto por três elementos, organizado em três esferas relativamente impermeáveis.

A primeira, mercantil, é composta por indivíduos movidos pela isca do ganho e pela preocupação exclusiva consigo; o uso da moeda é precisamente o instrumento que lhes permite se libertarem de qualquer vínculo de subordinação e de toda afetividade, supostamente incompatível com o exercício da razão. A segunda, a esfera cívica, agrupa cidadãos capazes de ultrapassar sua própria condição e impulsionados pela preocupação com a solidariedade coletiva e o bem comum. A terceira, a esfera privada, a da família, é a dos indivíduos interessados, antes de mais nada, no bem-estar familiar, em que o uso da moeda é suprimido, pois supostamente ameaça a preservação da intimidade. É relativamente fácil demonstrar até que ponto a construção dessas três esferas se fez de maneira sexuada, sendo as mulheres responsáveis pelo espaço privado-doméstico e, em nome de seu dever familiar, excluídas das esferas mercantis e cívicas.

Essa compartimentação padece de dois defeitos fundamentais. O primeiro resulta da atitude que consiste em limitar os comportamentos individuais a modelos padronizados e a explicá-los por uma motivação única, em função do sexo e do espaço em que se dão. Em geral, os comportamentos são estimulados por uma série de motivos: as pessoas, homens e mulheres, não são motivadas somente pela busca de seu interesse pessoal, não são nem marionetes manipuladas pela tradição ou pelos grupos dominantes nem carneirinhos.

Qualquer que seja o sexo a que pertençam. Qualquer que seja o espaço em que se desenvolvem, as pessoas têm aspiração de controlar plenamente seu próprio destino, mas também dão provas de um certo senso de responsabilidade, o que as leva, às vezes, a adaptarem suas preferências às obrigações que lhes são impostas; da mesma maneira, são capazes de altruísmo, uma vez que a preocupação com o outro influi diretamente em seu próprio bem-estar; enfim, são capazes de engajamento, ou seja, de assumir atos que vão além de suas próprias necessidades e que são voltados para o interesse coletivo ou para o interesse geral.[4]

O segundo problema consiste em atribuir, à moeda, virtudes que ela não tem. George Simmel, e outros antes dele, como Karl Marx e também Max Weber, descreveram com vigor e precisão como o uso da moeda, ao mensurar todas as coisas com uma única medida, não só abole hierarquias e privilégios de status, mas também dissolve os vínculos sociais e cria uma sociedade baseada no cálculo e na racionalidade fria. Ora, a análise das práticas monetárias demonstra como esse caráter impessoal e anônimo da moeda, finalmente, não passa de uma ilusão. Isso fica evidente nas sociedades que não viveram o que foi convencionalmente chamado modernidade, onde a distinção mercantil/não-mercantil não tem muito sentido, não mais que aquela entre comportamentos "afetivos" e comportamentos "interesseiros". Mas isso também é verdade nas sociedades impregnadas pelo pensamento moderno: uma análise refinada dos comportamentos comerciais evidencia como o uso da moeda resulta de considerações sociais, e mostra que solidariedade e troca monetária não são necessariamente antinômicas (Zelizer, 1994, 2002). O que está em jogo não é somente uma questão de ordem teórica: reconhecer a dimensão social e cultural dos usos da moeda oferece novas pistas para se pensar a questão do monetarismo e da mercantilização do ato de cuidar dos outros.

Economia solidária e espaços de mediação

Diante dessas três exigências - justiça de proximidade, diálogo social, redefinição da distribuição de tarefas entre a família, as autoridades públicas, o mercado e a sociedade civil - parece inevitável ultrapassar as fronteiras usuais entre os domínios monetário e não-monetário e entre o domínio dos interesses particulares (domínios privado-doméstico e mercantil) e o do interesse geral (domínio público). É nesse sentido que a economia solidária pode ser um verdadeiro motor do processo de igualdade entre os sexos. Por um lado, ao favorecer a emergência dos espaços locais de mediação entre os diferentes domínios citados acima, tornando possível, assim, uma melhor articulação entre a vida familiar e a vida profissional. Por outro lado, ao contar com esses espaços de discussão para expressar reivindicações e pressionar as autoridades públicas.

No Sul: ao facilitar o acesso aos direitos econômicos e sociais básicos

No Sul, muitas vezes esses espaços de mediação fazem parte do cotidiano das mulheres, habituadas desde muito jovens a se juntar e se ajudar mutuamente para assumirem suas obrigações, agrícolas, rituais ou ainda religiosas. Ao longo do tempo, as atividades coletivas foram transformadas e diversificadas. O enraizamento social e religioso dos grupos subsiste, ao mesmo tempo que se amplia cada vez mais para atividades geradoras de rendas. Assiste-se ao estabelecimento de circuitos de financiamento especificamente femininos, assim como a verdadeiras organizações comerciais em que as mulheres reinam como soberanas. O fato de pertencer a um grupo permite às mulheres reunirem um capital inicial, efetuarem compras conjuntamente, negociarem os preços e limitarem seus deslocamentos. Os grupos desempenham também um papel intermediário em relação ao ambiente institucional e às autoridades locais, junto às quais as mulheres conseguem reivindicar direitos e, às vezes, alguns recursos financeiros; mas também, e sobretudo, na esfera de ajuda ao desenvolvimento, particularmente, na área de acesso ao crédito: ao se organizarem em grupos de caução mutual, as mulheres conseguem ter acesso a financiamentos, inacessíveis de outra maneira, e dar, assim, mais amplitude às suas atividades comerciais. Espaços privilegiados de intimidade e de sociabilidade e, portanto, de presença feminina, a partir de então, os grupos constituídos por mulheres aparecem como suportes de emancipação individual, e até mesmo como verdadeiros modos de acumulação econômica e de acesso ao poder.

É importante apoiar seu desenvolvimento, reconhecendo plenamente suas potencialidades, mas também seus limites. Não só esses grupos podem ser antidemocráticos e excludentes, como também sua ação, por mais que seja justa e eficaz, não é capaz de atenuar a fragilidade e as carências e, em alguns casos, a ausência dos Estados de direito. Tampouco é capaz de justificar a constante redução da ajuda pública internacional ou, ainda, de ocultar o caráter de desigualdade das trocas internacionais. Ao mesmo tempo, o que está em jogo na economia solidária é decisivo: é o único meio de possibilitar que as mulheres tenham acesso a direitos fundamentais em matéria de saúde, educação e atividades geradoras de renda, principalmente pela via de acesso ao crédito.

No Norte: ao favorecer o acesso a um emprego que não seja fonte de novas desigualdades

No Norte, esses espaços intermediários emergem apenas sob a forma, por exemplo, de serviços coletivos de proximidade, de restaurantes de bairro, de círculos de mulheres que dão empréstimos e que criam empresas, ou simplesmente de locais de trocas em torno de questões da vida cotidiana. Nossas observações demonstram que, muito mais que ações pontuais, esses espaços ajudam as mulheres a serem mais protagonistas de sua vida e a

encontrar uma certa dignidade. Eles permitem a construção de uma identidade, não herdada e imposta pela norma e pelas tradições, mas escolhida e reivindicada. A mediação revela-se particularmente necessária diante das tensões encontradas na busca da construção da identidade feminina: o status de indivíduo autônomo, que decide sobre sua vida da mesma maneira que o homem, status que, a partir de agora, as mulheres têm direito ao acesso, é compatível com o da mãe disposta a satisfazer as necessidades dos outros em detrimento das suas, provedora de felicidade e conforto, imposto às mulheres durante milênios? É legítimo que a mãe de família monoparental seja "ajudada" a educar seus filhos? Diante de questões colocadas pela existência, cada vez mais freqüente, de formas familiares "atípicas", esses espaços intermediários revelam-se locais de discussão e de diálogo; o encontro e a troca permitem apaziguar os sentimentos de vergonha e de culpabilidade. Em segundo lugar, permitem uma familiarização ou uma refamiliarização com a reciprocidade, sem a qual nenhuma vida em grupo nem em sociedade é possível. O fato de pertencer a um coletivo que aprova e corrobora suas resoluções permite a adoção de normas compatíveis com a elaboração de projetos pessoais e, conseqüentemente, atenua os conflitos internos com os quais as mulheres se deparam. Enfim, esses espaços permitem dar o devido sentido a um meio institucional cada vez mais complexo. Restabelecem um vínculo entre esse ambiente e o "mundo real" das mulheres. As informações necessárias às condutas da vida cotidiana ganham sentido e uma certa legitimidade.

Além de melhorar o cotidiano, a economia solidária é um caminho possível para se pensar a divisão do trabalho e a redução do tempo de trabalho - apresentadas, hoje, como uma das chaves do pleno-emprego - sem reforçar as desigualdades preexistentes. E por meio dos serviços de proximidade, a economia solidária oferece uma oportunidade inédita para redefinir a distribuição das obrigações familiares, principalmente, sem reativar formas servis das quais as mulheres conseguiram se livrar com muita dificuldade.

Qual é seu papel em relação à sociedade como um todo?

O eterno risco seria de que a economia solidária, em última análise, fosse apenas um subterfúgio neoliberal que se traduzisse em uma falta de engajamento público muito mais forte. Se esse risco é motivo de inquietação nos países que se dotaram de um Estado de direito, torna-se apavorante naqueles que penam para construir um. No que diz respeito às mulheres, esse perigo é ainda mais pronunciado. Um grande número de experiências de economia solidária tem como objetivo se responsabilizar pelas atividades de proximidade, tradicionalmente atribuídas às mulheres; portanto, atualmente, essas experiências são, em grande parte, conduzidas por mulheres e para mulheres. Limitar-se a ações localizadas e disseminadas sem se perguntar quais são os fundamentos estruturais da desigualdade teria, então, como efeito reforçar ainda mais o caráter feminino dessas atividades de proximidade. Ora, se a economia solidária tem sentido e merece que nos

interesses por ela, não é somente pelas ações que conduz no cotidiano, mas também, e talvez sobretudo, por sua capacidade de contribuir para mudanças institucionais mais favoráveis às mulheres, contribuição que passa tanto por sua participação na elaboração de políticas públicas quanto por sua capacidade de desenvolver os sistemas de representações.

Vimos que esse papel em relação à sociedade como um todo ainda está no início. Seu futuro depende, em primeiro lugar, da maneira como a economia solidária, em seu âmbito, reconhecerá a verdadeira questão das desigualdades entre sexos, o que ainda não acontece sistematicamente. Em seguida, depende da capacidade de contribuição da economia solidária, em seu conjunto, para a definição do interesse geral. Provavelmente, a prática de uma justiça social realmente pluralista jamais se tenha revelado tão necessária e complexa ao mesmo tempo. Diante da internacionalização das economias, temos de admitir, hoje bem mais do que antes, a perda da soberania dos Estados, quaisquer que sejam eles, e sua dificuldade de se imporem no domínio do mercado assim como no da seguridade social. Os interlocutores não são mais os mesmos: em um grande número de esferas, é preciso convencer não os Estados, mas formas supranacionais de autoridade pública, tais quais o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, assim como as grandes empresas. Diante dessa situação, a sociedade civil só conseguirá se fazer ouvir se ela se internacionalizar.

Ao mesmo tempo - e aí está o grande paradoxo - essas práticas provavelmente jamais foram tão particularizadas, fragmentadas e, portanto, pouco adequadas para representarem o interesse geral. As especificidades das práticas associativas contemporâneas - de que fazem parte as práticas femininas descritas neste artigo - tendem a ser muito mais especializadas e monofuncionais do que as das gerações anteriores. Como aponta Alain Caillé, é o que constitui, ao mesmo tempo, sua força e sua fragilidade. Sua força, pois é precisamente ao responder às necessidades profundamente almejadas e socializar problemas privados que conseguem mobilizar seus membros, mais atraídos por formas esporádicas e concretas de engajamento. Sua fragilidade, uma vez que essa especialização, esse particularismo, não lhes dá muita credibilidade para participarem do debate sobre o interesse geral. Conseqüentemente a proposta do autor em favor de "associações civis cívicas", cuja razão de ser consistiria precisamente em construir uma sociedade civil de envergadura internacional: elas não teriam como missão responder a uma ou outra necessidade particular, mas "a de estabelecer condições de emergência, de desenvolvimento e de êxito do engajamento associativo em geral (Caillé, 2001, p. 203).

Acreditar na possibilidade dessas práticas associativas supõe contar com a capacidade do espírito associativo de "se transcender", de ultrapassar não só as fronteiras geográficas, mas também, e muito mais, os interesses de um ou de outro grupo e, portanto, imaginar "regras de funcionamento substanciais de coexistência conflitual entre os particularismos mais diversos" (ibid.). Essa hipótese não é mais completamente utópica. Vários acontecimentos recentes anunciam a emergência de uma sociedade civil no âmbito europeu (Dacheux, 2001), e constata-se o mesmo no âmbito

internacional: por exemplo, as conferências sobre a economia social e solidária, que se deram desde a que houve em Ostende em 1997, a organização, regularmente, de reuniões anti-cúpula às do G8 ou da Organização Mundial do Comércio, e ainda o nascimento da Aliança por um mundo responsável e solidário, em que foi construído um pólo de socioeconomia da solidariedade, comprovam essa idéia (Favreau e Tremblay, 2001). Cada uma dessas iniciativas tenta conciliar, no momento, de maneira, ora mais, ora menos, bem-sucedida, as aspirações e as reivindicações de uma série de grupos, entre eles, grupos e organizações feministas.

Por isso, seria ingênuo, da mesma maneira que um grande número de pensadores da tradição liberal, acreditar na capacidade espontânea das pessoas organizarem um pluralismo eficaz e representativo de todos os grupos sociais (Kymlicka, 1999). O acesso ao espaço público, sabemos, é profundamente desigual, e essa forma de desigualdade se soma a outras: com muita frequência, os pobres e as mulheres figuram entre os mais desfavorecidos. Se admitirmos que a liberdade de expressão é tão necessária quanto a liberdade econômica, se admitirmos também que a liberdade de expressão não se resume ao exercício de uma democracia representativa, mas supõe exercer uma democracia participativa, capaz de contribuir para o desenvolvimento da deliberação, da formulação e da expressão das necessidades, concluiremos que a responsabilidade de corrigir essas desigualdades de modo a possibilitar que o público tenha voz é dos Estados. Provavelmente, a importância do Estado jamais foi tão essencial, mas um Estado sob outras formas. O futuro da economia solidária depende precisamente de seu reconhecimento pelos Estados e pelas organizações internacionais. Cabe aos atores da economia solidária perseguir suas ações, suas reivindicações assim como seus esforços de unidade, mas é atribuição das autoridades públicas apoiarem sem demora esses esforços, sem delas esperar resultados concretos, o que supõe reconhecer que as próprias autoridades têm necessidade dessa força de contestação para serem, ao mesmo tempo, mais justas e mais eficazes.

Tradução de Wanda Caldeira Brant

Bibliografia

Affichard, J.; Foucault, J.-B. de (coord.). *Pluralisme et équité. La justice sociale dans les démocraties*. Paris, Éditions Esprit, 1995.

Archambault, É. *Le secteur sans but lucratif. Associations et fondations en France*. Paris, Economica, 1996.

Bouchard, M.; Bourque, G.; Lévesque, B. *L'évaluation de l'économie sociale dans la perspective de nouvelles formes de régulation socio-économique de l'intérêt général*, Cahiers du CRISES, n° 0013, 2000.

Caillé, A. *La société civile mondiale qui vient* in Laville, J.-L. et alii, p. 183-208, 2001.

Conseil d'analyse économique. *Plein emploi*. Relatório de Jean Pisani-Ferry.

Paris, La Documentation française, 2000.

¾ Emplois de proximité. Rapport de Gilbert Cette. Paris, La Documentation française, 1999a.

¾ Égalité entre femmes et hommes : aspects économiques. Relatório de Béatrice Majnoni d'Intignano. Paris, La Documentation française, 1999b.

Commissariat Général du Plan. Réduction du temps de travail : les enseignements de l'observation. Relatório da Comissão presidida por Henri Rouilleaut. Paris, La Documentation française, 2001.

Dacheux, E. Les associations dans l'espace public européen, in Laville, J.-L. et alii., p. 165-182, 2001.

Defalvard, H.; Guienne V. (coord.). Le partage du travail. Bilan et perspectives. Paris, Desclée de Brouwer, col. "Sociologie économique", 1998.

Defourny, J.; Develtere, P.; Fonteneau B. (eds). L'économie sociale au Nord et au Sud. Bruxelles, De Boeck Éditions, 1999.

Demoustier, D. L'économie sociale et solidaire. S'associer pour entreprendre autrement. Paris, Syros, col. "Alternatives économiques", 2001.

Elster, J. Le laboureur et ses enfants. Deux essais sur les limites de la rationalité [States that Are Essentially By-products. Imperfect Rationality, Ulysses and the Sirens, 1983], trad. A. Gershanfeld, Paris, Éditions de Minuit, 1986.

Eme, B.; Laville, J.-L. (coord.). Cohésion sociale et emploi, Paris, Desclée de Brouwer, col. "Sociologie économique", 1994.

Enjolras, B. L'économie solidaire et le marché. Paris, L'Harmattan, 2002.

Ephesia (obra coletiva). La place des femmes. Les enjeux de l'identité et de l'égalité au regard des sciences sociales. Paris, La Découverte, p. 740, 1995.

Evers, A. Les dimensions sociopolitiques du tiers secteur, Sociologie du travail, n° 4, vol. 42, outubro-dezembro, p. 567-585, 2000.

Favreau, L. Économie sociale et mondialisation : une perspective globale in Defourny et alii, p. 241-256, 1999.

¾ L'économie sociale mise en perspective: renouvellement au Nord et émergence au Sud , Cahiers du CRISES, n° 9707, 1997.

Favreau, L.; Tremblay, D. Conjoncture internationale, société civile, économie sociale et solidaire dans une perspective Nord/Sud, Cahiers du CRISES, n° 0114, 2001.

Fayet-Scribe, S. Associations féminines et catholicisme. XIXe-XXe siècle. Paris, Éditions Ouvrières, 1990.

Folbre N. De la différence des sexes en économie politique, trad. E. Ochs (coletânea de textos), Paris, Éditions Des femmes, 1997.

Guérin I. Pratiques monétaires et financières des femmes en situation de précarité, Tese de doutorado em Ciências Econômicas, Universidade Lumière Lyon 2, 2000a.

Habermas J. L'espace public. Archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise [Strukturwandel der Öffentlichkeit, 1962], trad. M. B. de Launay, Paris, Payot, 1992.

¾ Théorie de l'agir communicationnel, trad. J.-M. Ferry et J.-L. Schlegel, Paris, Fayard, 1987.

Hirschman, A. O. Défection et prise de parole. Théories et applications [Exit, voice and loyalty. Responses to Decline in Firms, Organizations and States, 1970], trad. Cl. Besseyrias, Paris, Fayard, 1995.

¾ Vers une économie politique élargie, trad. A. O. Hirschman e I. Chopin (coletânea de textos), Paris, Éditions de Minuit, col. "Le sens commun", 1986.

Kymlicka, W. Les théories de la justice. Une introduction [Contemporary Political Philosophy. An Introduction, 1992], trad. M. Saint Upéry, Paris, La Découverte, 1999.

Laville, J.-L. Une troisième voie pour le travail. Paris, Desclée de Brouwer, col. "Sociologie économique", 1999.

¾ (coord.). L'économie solidaire : une perspective internationale. Paris, Desclée de Brouwer, col. "Sociologie économique", 1994.

Lévesque, B. Démocratisation de l'économie et économie sociale: un scénario radical pour de nouveaux partages, Cahiers du CRISES, n° 9705, 1997.

Lévesque, B.; Bourque, G.; Forgues, E. La nouvelle sociologie économique, originalité et diversité des approches. Paris, Desclée de Brouwer, col. "Sociologie économique", 2001.

Maruani, M. (coord.). Les nouvelles frontières de l'inégalité. Hommes et femmes sur le marché du travail. Paris, La Découverte, col. "Recherches", 1998.

Mauss, M. Sociologie et anthropologie, prefácio de Georges Gurvitch, introdução de Claude Lévi-Strauss. Paris, PUF, [1^a ed. 1950], 1993.

Méda D. Le temps des femmes. Pour un nouveau partage des rôles. Paris, Flammarion, 2001.

³/₄ Le travail. Une valeur en voie de disparition. Paris, Éditions Aubier, 1995.

Mill, J. S. L'asservissement des femmes [Subordination of Women, 1869], trad. e prefácio de M.-F. Cachin, Paris, Petite Bibliothèque Payot, 1975.

Ministère de l'emploi et de la solidarité. Rapport de l'Observatoire national de la pauvreté et de l'exclusion sociale. Paris, La Documentation française, 2002.

³/₄ L'aide à domicile et les employés de maison. Paris, La Documentation française, col. "Prospective, formation, emploi", 1999.

Rawls, J. Théorie de la justice [A Theory of Justice, 1971], trad. C. Audart, Paris, Éditions du Seuil, 1987.

Roustant, G.; Laville, J.-L.; Eme, B.; Mothé, D.; Perret, B. Vers un nouveau contrat social, Paris, Desclée de Brouwer, col. "Sociologie économique", 1996.

Sem, A. K. Repenser l'inégalité [Inequality reexamined, 1992], trad. P. Chelma, Paris, Seuil, 2000a.

³/₄ Un nouveau modèle économique. Développement, justice, liberté [Development as Freedom, 1999], trad. M. Bessières, Paris, Odile Jacob, 2000b.

³/₄ L'économie est une science morale, textos escolhidos e trad. por M. Saint Upéry, Paris, La Découverte, col. "Cahiers libres", 1999.

³/₄ Éthique et économie [On Ethics and Economics, 1987], trad. S. Marnat, Paris, PUF, col. "Philosophie morale", 1993.

Servet, J.-M.; Guérin, I. (coord.). Rapport du Centre Walras 2002. Exclusion et liens financiers, Paris, Economica, 2002.

Silvera, R. Articuler vie familiale et vie professionnelle en Europe. Un enjeu pour l'égalité. Paris, La Documentation française, col. "Droits des femmes", 2002.

Steiner, Ph. La sociologie économique. Paris, La Découverte col. "Repères", 1999.

Swedberg, R. Une histoire de la sociologie économique [1987], Paris, Desclée de Brouwer, col. "Sociologie économique", 1994.

Zelizer V. A. La construction des circuits de commerce : note sur l'importance des circuits personnels et impersonnels in Servet et Guérin (coord.), p. 425-430, 2002.

^{3/4} The social meaning of money. Nova York, Basic Books, 1994.

[1] Toda essa reflexão é resultado de observações empíricas, coletadas principalmente em duas pesquisas de campo: uma, nas regiões de Lyon e do norte da França, junto a mulheres que recebem benefícios sociais mínimos; e outra, na região de Thiès, no Senegal, junto a mulheres que sobrevivem graças a uma atividade de "pequeno comércio". A parte fundamental dos resultados deriva de dados quantitativos, obtidos a partir de pesquisas com base em "narrações de vida". Os fenômenos de pobreza evidentemente são muito complexos, múltiplos, específicos, quer se trate de sociedades do Norte ou do Sul. Portanto, esse caminho pode a priori parecer ambicioso. É importante deixar bem claro que a análise comparativa não poderia ser feita por meio de uma comparação ponto por ponto de duas realidades distintas; ela simplesmente coteja essas realidades por meio das mesmas interpretações teóricas. Uma vez que se fixa esse objetivo, a análise comparativa torna-se um meio de clarear a reflexão. Em relação ao assunto estudado aqui, ela permite principalmente evidenciar os processos de construção social: construção social da articulação entre mercantil e não-mercantil, construção social da articulação entre espaço privado e espaço público, construção social das "preferências" femininas.

* Resultante da tradução literal da expressão francesa "de proximité", inicialmente utilizada para designar os "emplois de proximité", ou seja, os empregos remunerados ligados aos "serviços pessoais" (baby-sitters, acompanhantes de idosos, enfermeiras, faxineiras etc.), foi incorporada ao jargão das ciências econômicas e sociais, em que passou a ser usada em uma série de conceitos relacionados às práticas da economia solidária.(N.T.)

[2] A expressão "autoridades públicas" visa a dar conta das diversas formas da ação estatal (nacional, mas também descentralizada e supranacional). No entanto, ao longo do artigo, para simplificar, será utilizado o termo "Estado".

[3] Sobre essa capacidade de concorrer com o mercado, garantindo uma certa justiça, ver a recente análise de ENJOLRAS, B., 2002.

[4] Ver, em particular os trabalhos de J. Elster, 1986; A. Hirschman, 1986 e 1995; A. Sem, 1993.